

Greve às fardas horríveis - ULSM

13-Sep-2006

Basta decretar uma greve quase simbólica, pois é de um símbolo que se trata: a nossa farda branca, para que uma série de fenómenos se produzam.

A primeira curiosidade é sabermos quem é o autor/a da cancerosa ideia; A segunda curiosidade é saber se o empenho na mudança da farda se prende com o escalão de importância do promotor/a da ideia, ou se é meramente local; A terceira curiosidade é sabermos quem forneceu as fardas horrorosas; A partir daqui tudo é possível: Vamos conseguir saber do interesse serôdio da D.^a Margarida, encarregada dos papeis e figuras, que a Ordem dos Enfermeiros do Norte, nos proporciona (por que carga de água foi baralhar os Enfermeiros dizendo que estava de acordo com os seus protestos, mas não estava com a visibilidade que têm tido…); Vamos saber do desempenho da Direcção de Enfermagem; Vamos saber dos silêncios da Enfermagem, na ARSN, etc. Informamos os Colegas que chegou a nossa vez de pormos termo às ameaças que fazem aos grevistas. Precisamos de saber quem pressiona os grevistas para os denunciarmos ao tribunal competente. Talvez a partir daqui os “papões” aprendam a respeitar os direitos constitucionais dos cidadãos. Qualquer atitude que o Conselho de Administração tome directa ou indirectamente relacionada com a greve às fardas vai ser resolvida no tribunal, porque se trata de contra-ordenação grave, punível por desrespeito da lei da greve. Os Colegas precisam de que demos uma lição magistral aos simuladores de “papões” e “mauzões”, para que estes aprendam que as leis que os mantêm nos lugares, não são diferentes das que garantem o direito à greve. Precisam de saber o peso que tem ser dirigente. Não tenham medo das ameaças. Não se deixem confundir. A adesão à greve é livre. Mas os aderentes têm direito a praticá-la livremente, sem qualquer pressão, seja de quem for. PS: a aprendiz de sindicalista andou por aí a dar uma ajuda à camaradagem, baralhando. Diz ela que o jurista dela disse que a greve é ilegal. Ora ser sindicalista não é veicular pareceres de advogados que por muito respeitosos, não são a lei. Às vezes nem são lógicos nem coerentes.